

ATA DA 512ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2016/2018

Aos cinco dias do mês de abril do ano dois mil e dezessete, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Primeira Subdefensora Pública-Geral, Juliana Garcia Belloque. Presentes os/as Conselheiros/as: Ana Paula Kayamori de Oliveira, Alexandre Orsi Netto, Fabiana Botelho Zapata, Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior, Horácio Xavier Franco Neto, Júlio Cesar Tanone, Leandro de Col Loss, Lucio Mota do Nascimento, Luiz Eduardo de Toledo Coelho, Pedro Antônio de Avellar, Representando a Apadep, Leonardo Scofano Damasceno Peixoto e Representando a Ouvidoria-Geral, Leandro Silvestre Rodrigues e Silva. Ausente justificadamente o Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. A Presidente iniciou a sessão as 09h55min, começando pela posse da Defensora Pública Érica Leoni Ebeling, a qual parabenizou, colocando a administração superior à disposição. Em seguida, franqueou a palavra aos Conselheiros, sendo cumprimentada pela Corregedora Ana Paula Kayamori, o Representante da Apadep, Leonardo Scofano, o Conselheiro Horácio Xavier e o Subouvidor Leandro Silvestre. Após, passou-se as comunicações da Presidência. Comunicou que, no último dia 11 de abril, o Defensor Geral e o Assessor Jurídico da Defensoria Pública Geral participaram de uma reunião com a Presidência do Tribunal de Justiça, visando tratar de interesses da instituição. Informou que, na oportunidade, houve tratativas sobre as questões das perícias judiciais, explicando que diante do período de transição do código de processo civil a situação era delicada, sendo necessário cautela para garantir a prestação do serviço público. Nesse sentido, comentou que, no último mês, haviam sido finalizadas as tratativas com a Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, além do Tribunal de Justiça do Estado, a fim de firmar um convênio nesse período de transição, de modo a garantir a operacionalização das perícias, sendo custeadas pelo tesouro do estado. Contudo, apontou que houve cerca de três mil pedidos de reserva para as perícias na 2ª e 3ª Subdefensorias, em razão do acerto com a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado, e assim reforçou que a administração superior fará uma força tarefa com o objetivo de evitar a sobrecarga nas regionais. Comunicou que, nesta semana, havia sido julgado o mérito do agravo de instrumento impetrado por uma candidata aprovada no VII Concurso de Ingresso de Defensores Públicos, confirmando a cautelar de que a candidata teria direito a reserva de uma vaga abstrata entre as sessenta do certame, ao contrário de uma vaga concreta conquistada liminarmente. Comunicou que, na última terça-feira, a Defensoria Geral havia se reunido com o Conselheiro Corregedor do Tribunal de Contas do Estado, visando tratar de temas afetos a instituição. Nesse sentido, lembrou que, em breve, o Conselho Superior terá que analisar questões envolvendo o Tribunal de Contas do Estado. Comunicou que, nesta semana, a Defensoria Pública e a Prefeitura da Capital estabeleceram um novo fluxo de atendimento jurídico especializado à população em situação de rua, objetivando oferecer, sobretudo, orientação jurídica e regularização de documentos, especialmente de identidade ao projeto “trabalho novo” desenvolvido pelas Secretarias de Assistência Social, Direitos Humanos e Trabalho e Empreendedorismo, contando com o apoio do Núcleo Especializado de Direitos Humanos. Comunicou que, em breve, será iniciado o VI Ciclo de Conferências, e comentou que a comissão organizadora busca o envolvimento dos seguintes órgãos: Núcleos Especializados, Edepe, Ouvidoria-Geral, entre outros. Mencionou que o calendário das pré-conferências havia sido divulgado, apontando que, na próxima segunda-feira, será publicado o ato do Defensor Geral regulamentando as inscrições de Defensores para integrar as comissões regionais dos eventos, a ser realizada no período de 09 a 15 de maio do corrente ano. Comunicou que, nestas últimas semanas, o Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores obtiveram três importantes conquistas, citando: a) reconhecimento pela Câmara do Tribunal de Justiça do Estado sobre a legitimidade de a Defensoria Pública propor ações civis públicas na defesa de patrimônio histórico e cultural; b) manutenção da decisão no Supremo Tribunal de Justiça sobre a disponibilização de banho quente nas unidades prisionais pelo prazo de seis meses; e, c) pautar a necessidade de cumprimento mais célere das decisões do Tribunal de Justiça do Estado proferidas em favor dos réus criminais, especialmente nos casos de redução de pena. Neste último item, mencionou que

a Primeira Subdefensoria Pública esteve com os Coordenadores do Núcleo Especializado na Corregedoria Geral de Justiça para tratar da pauta, objetivando pleitear a comunicação imediata ao juízo das execuções penais dos acórdãos que dão parcial provimento às apelações criminais. Destacou que o pleito decorre de recente alteração da Resolução CNJ 113/2010, que determina que a decisão do Tribunal que modificar o julgamento deverá ser comunicada imediatamente ao juízo da execução penal. Nesse sentido, enalteceu a atuação do Núcleo Especializado, especialmente aos Coordenadores João Henrique Imperia Martini e Luciana Jordão da Mota Armiliato de Carvalho. Por fim, prestou esclarecimentos sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo Governador do Estado, representado pela Procuradoria Geral do Estado, declarando inconstitucionalidade de dois artigos da lei que fora aprovada sobre compensação das atividades de fim de semana, além do caso de assento e voz no Conselho Superior à Associação de Servidores. Após articulação da Defensoria Geral, apontou que o Governador Estado havia sustentado em juízo a inconstitucionalidade dos dispositivos. Avaliou que esse tipo de emenda diminui a autonomia da instituição e afronta a lei federal, que determina a composição dos Conselhos Superiores. Lamentou sobre o dispêndio de energia gasto pela Defensoria Geral sobre o assunto, e pontuou que essa energia poderia ter sido despendida para valorização dos Servidores e Defensores. Contudo, externou o desejo de que haja retorno às pautas comuns e do trabalho conjunto entre Defensores, Servidores e Associações. Destacou que ao entrar em contato com o Governador do Estado ou seu Secretário de Governo para tratar de um tema urgente, automaticamente é retirado da pauta assuntos que estavam sendo negociado, o que inviabilizou, por hora, a priorização dada no início do ano nas recomposições salariais. Por fim, pediu que as categorias trabalhassem conjuntamente com a Administração Superior, e reforçou que a Defensoria Geral está aberta para dialogar sobre a definição de prioridades e estratégias comuns. Após, passou-se as comunicações da Secretaria. Justificou a ausência do Conselheiro Octavio Ginez, em razão de férias. Após, passou-se ao momento aberto. A Presidente franqueou a palavra ao único inscrito, Servidor Bruno Candido Gozzi de Oliveira, Representante da Associação dos Servidores. Ele prestou informações sobre a ação direta de inconstitucionalidade impetrada, que concedia assento e voto a representante da entidade de classe dos Servidores no Conselho Superior da Defensoria. Classificou ser uma pauta histórica, de cunho democrático e que tem como finalidade a efetiva participação de todos/as os/as integrantes da instituição. Pontuou que a ADI questiona ato praticado por lideranças de todos os partidos presentes na Assembleia Legislativa, inclusive da Presidência que atuava como liderança do Governo. Avaliou que a argumentação gira em torno da competência da casa para emendar projetos advindo do Defensor Geral, além de suposto desacerto em relação à legislação federal. Lamentou a visão crítica sobre a forma conquistada do assento e voto a representante da entidade de classe dos Servidores no Conselho Superior, e nesse sentido, indagou se há apoio da Defensoria Geral e do Colegiado quanto ao mérito do pleito. Mostrou a importância da melhoria de estrutura da Defensoria Pública passando a melhorar a qualidade, citando a situação salarial que permanece a mesma desde 2013. Assim, solicitou que o pleito de reposição inflacionária fosse negociado pelo Defensor Geral para aprovação na Assembleia, além do preenchimento das vagas abertas no último concurso para Agentes e Oficiais, visando garantir as condições mínimas para a prestação de um serviço de qualidade. Informou que, nesta semana, a entidade de classe havia impetrado um mandado de injunção, requerendo o estabelecimento de data-base para a categoria, em razão de direito constitucional. Por fim, indagou sobre normativa de alteração do sistema de promoção e avaliação de desempenho dos servidores publicada. Além disso, convidou a todos para participarem na próxima terça-feira do evento organizado pelo Grupo de Trabalho sobre Assédio e Relações de Poder, composto por integrantes da gestão da Associação de Servidores, Servidores e Ouvidoria-Geral sobre políticas de enfrentamento ao assédio no sistema de justiça. Apontou que foram convidados o Desembargador Antônio Carlos Malheiros, a Servidora do Tribunal de Justiça do Estado, Elisabete Borgianni, e a Servidora do Ministério Público do Estado, Jacira Costa Silva, ambas presidentas de seus sindicatos. Após a manifestação, a Presidente prestou os seguintes esclarecimentos. Com relação a fala da Associação dos Servidores, comentou que, embora existisse divergências em alguns pontos das pautas da entidade de classe, de modo algum afasta a disposição da Defensoria Geral para um trabalho

conjunto em todas as demais, mostrando a importância de lidar com tranquilidade. Sobre a avaliação de desempenho, pontuou que a normativa está sendo modificada para publicação, visando cumprir o compromisso assumido perante a entidade de classe. Por fim, mencionou a lei federal, que organiza a composição do Conselho Superior, inclusive apontou a inconstitucionalidade formal e material nos dispositivos relativo a integrante não previsto na LC nº 80 e na lei federal nº 132. Após, passou-se as manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos. O Conselheiro Pedro Avellar considerou que havia ausência efetiva na representação dos servidores pela entidade de classe, pois avaliou que as pautas da entidade de classe eram uma forma de ativismo de uma minoria, que estava frente à entidade. Citou o caso de um servidor que tinha pagado uma multa em razão de excesso de velocidade, ocasião em que levava Defensores Públicos em uma unidade prisional, e avaliou que esse tipo de pauta carece de atenção por parte da associação. Nesse sentido, externou que espera que os servidores avaliem se, de fato, estão sendo representados pelos interesses realmente importantes para a categoria. O Representante da Apadep, Leonardo Scofano apontou que vem trabalhando na articulação da ADI movida pelo Governador do Estado, e citou que esteve em reunião com o Procurador Geral do Estado, além de ingressar na ação, na qualidade de *amicus curiae*. O Conselheiro Horácio Xavier parabenizou a Defensoria Geral e a Apadep pela articulação, e mostrou a importância da ação, visando garantir a segurança jurídica da instituição. Acompanhou o agradecimento o Conselheiro Leandro Loss. O Representante da Apadep, Leonardo Scofano parabenizou o trabalho desempenhado pelos Núcleos Especializados de Situação Carcerária e de Segunda Instância, relativo ao banho quente dos presos, e estendeu a parabenização ao Defensor Público Orivaldo de Souza Ginel Junior pelo importante precedente das ações civis públicas movidas por ele. O Conselheiro Lucio Mota acompanhou o entendimento, e apontou a importância do trabalho realizado na ação civil pública em que o Tribunal de Justiça do Estado reconhecia a legitimidade da Defensoria Pública para ajuizamento de ação civil pública na defesa do patrimônio histórico e cultural. Parabenizou os esforços despendidos pelos Coordenadores João Imperia e Luciana Jordão, frente ao Núcleo Especializado de Segunda Instância, considerando ser um órgão importante, que demanda muita estratégia. O Representante da Apadep, Leonardo Scofano informou que, toda semana, juntamente com a Anadep e outras Associações realizam um trabalho conjunto, no que tange a reforma da previdência. Relatou que o processo tramita em fase de apreciação dos destaques, mencionando que a Apadep e as outras associações continuarão seu trabalho na Câmara dos Deputados. Informou que havia recebido a notícia de que os Defensores Públicos da Unidade Franco da Rocha aguardavam uma resposta sobre a locação de uma nova sede na cidade, destacando que existia um novo prédio com três andares, entretanto, apontou que o imóvel sequer tinha elevadores, dificultando a acessibilidade. A Conselheira Fabiana Zapata descreveu que esteve algumas vezes na Unidade Franco da Rocha para tratar do assunto relativo ao prédio da unidade, e destacou ter se reunido juntamente com o Defensor Público-Geral e com o Prefeito, acompanhado por seus respectivos Secretários do Município. Afirmou que, diante da ausência de possibilidade de continuidade à locação do imóvel, haviam iniciado uma busca por outros locais, contando com a ajuda da Diretora da Regional Guarulhos e do Coordenador da Unidade de Franco da Rocha. Apontou que a unidade possui boa infraestrutura, porém o local se situa próximo de barrancos e alagamentos, situação que permeia em outros locais, dificultando a locação. Nesse sentido, informou que a Coordenadora Auxiliar da Administração Geral está em conversa com o Coordenador da Unidade Franco da Rocha, visando tratar do assunto e buscando alternativas. O Representante da Apadep, Leonardo Scofano apontou que havia recebido relatos de Defensores Públicos da Unidade Itaquaquecetuba mostrando dificuldade de trabalho nos computadores, pois havia ausência de capacidade de armazenamento de informações, sofrendo com quedas diárias no servidor. Nesse sentido, pediu providências à Coordenadoria de Tecnologia da Informação. A Conselheira Fabiana Zapata afirmou que havia tratado do tema com a Coordenação de Tecnologia da Informação, e informou que teve notícias de que o problema está sendo contornado, sendo repassado ao servidor central, visando realizar um backup de informações. Nesse sentido, apontou que a solução encontrada era paliativa, mas a Coordenadoria de Tecnologia da Informação empreende esforços para resolver o problema do armazenamento de dados. A Corregedora Ana Paula relatou que a Coordenadora de Tecnologia da Informação

havia exposto à Corregedoria sobre o problema de armazenamento de dados nos computadores institucionais, e nesse sentido, apontou que os Defensores estavam mantendo nos computadores documentos, que poderiam ser apagados, mas diante do receio de possíveis correções, deixam de apagar os arquivos, sobrecarregando o servidor, e conseqüentemente causava problemas no sistema. Por este motivo, afirmou que, nos próximos dias, realizará uma reunião entre a Corregedoria e a CTI, visando elaborarem um comunicado conjunto sobre quais documentos poderão ser deletados. O Conselheiro Horacio Xavier indagou sobre a data em que deveriam cessar os encaminhamentos às Subdefensorias dos pedidos de perícias, e ainda sobre qual contrapartida a Defensoria receberia do Tribunal de Justiça e da Secretaria de Estado da Justiça no termo de cooperação. O Conselheiro Florisvaldo Fiorentino mencionou que, desde o início da gestão, havia uma preocupação grande com a nova redação do CPC, que inviabilizaria o custeio direto das perícias judiciais pela Defensoria por meio do Fundo de Assistência Judiciária. Comentou que a Defensoria estava em tratativas com a Secretaria da Justiça e com o Tribunal de Justiça do Estado, visando elaborarem um termo de cooperação para operacionalizar as perícias. Nesse sentido, informou que a Presidência do Tribunal de Justiça havia enviado um comunicado a Juízes e Serventuários orientando que pedidos de perícias fossem normalmente encaminhados à Defensoria, nos termos da Deliberação CSDP nº 092/08. Apontou que a Defensoria havia encaminhado um comunicado às Coordenações relatando a assinatura do termo de cooperação, e informando as perícias deveriam ser encaminhadas às Subdefensorias, devendo serem processadas por meio de uma força tarefa da Administração Superior. Apontou que a operacionalização por parte das Coordenações Regionais sobre cadastro, reserva e autorização de pagamento somente será feita, após a assinatura do termo, que em breve será autorizada. A Presidente abordou que o auxílio da Defensoria deverá ser na prática operacional, sem nenhum ônus financeiro para a instituição. Pontuou que há pessoas jurisdicionadas cuidando do caso, e que se houver dificuldades nas perícias, os principais prejudicados serão os beneficiários da justiça gratuita, caso em que a instituição empreenderá esforços para contribuir com o bom andamento dos trabalhos. Contudo, ponderou que os outros órgãos precisam de tempo para se organizar e se capacitar, cabendo à Defensoria Pública oferecer o que estava a seu alcance. O Conselheiro Horacio Xavier relatou que uma recente decisão do Superior Tribunal de Justiça havia negado prosseguimento a um recurso especial do Núcleo Especializado de Defesa dos Consumidores em ação sobre planos econômicos da década de 1990. Considerou que o Supremo Tribunal de Justiça se posiciona no sentido de aplicar a ação coletiva a prescrição da ação popular, e nesse sentido considerou indevida, pois a prescrição é direito material, aplicando-se a um instrumento de direito processual. Contudo, afirmou que os efeitos políticos da decisão contrariam uma ação da Defensoria, isto porque atinge consumidores que tinham recursos financeiros à época dos planos econômicos. Comentou que, no início do seu mandato, havia solicitado à Defensoria Geral um levantamento da atuação dos Defensores Públicos que atuavam nas Varas de Execuções Criminais, e apontou que, quando o Governador do Estado havia enviado o projeto de criação de quatrocentos cargos, a gestão naquela época tinha se comprometido a priorizar esta área. Por este motivo, considerou importante mostrar o impacto dessa atuação junto ao executivo, pois matérias veiculadas pela imprensa causam efeitos deletérios à Defensoria Pública. A Presidente considerou pertinente a fala do Conselheiro, e acrescentou que a Defensoria Geral busca sempre levar ao executivo em todas as reuniões o foco na atuação nessa área, mas mostrou que ainda existe muitas dificuldades para sistematização de dados, em razão do sistema Defensoria Online, que infelizmente é inutilizado por todos, ou pela fragilidade dos relatórios. O Conselheiro Horácio Xavier mostrou preocupação com o uso de informações nas redes sociais, e comentou que há precedentes de condenações criminais e indenizações por danos morais em detrimento de postagens nestes espaços. O Representante da Ouvidoria, Subouvidor Leandro Silvestre divulgou o evento sobre o enfrentamento ao assédio no sistema de justiça, e narrou que haveria um debate, a ser realizado às 18h30min, no auditório da Defensoria Pública, localizado na Rua Boa Vista, nº 200, na Capital. A Presidente informou que o Defensor Assessor Parlamentar, Dr. Rafael Pitanga estaria representando a Defensoria Geral no evento. O Conselheiro Lucio Mota pediu a intervenção da Administração Superior no Centro de Detenção Provisória da Vila Independência, visando garantir melhores condições de trabalho para os Defensores que

realizam visitas ao local. A Conselheira Fabiana Zapata afirmou que a Assessoria Criminal e a DAP vêm dando especial atenção ao local, mas ressaltou que reforçaria o caso. O Conselheiro Lucio Mota relatou dificuldades vivenciadas na Regional Criminal por conta da cumulação de trabalho, pautas duplas e substituições, inclusive por licença-maternidade, e nesse sentido pediu atenção da Defensoria Geral em possíveis distribuições de cargos. A Conselheira Fabiana Zapata informou que, recentemente, havia se reunido com as Coordenadoras na Regional Criminal e Varas Singulares, e mencionou que há uma grande preocupação quanto ao número de licenças-maternidade a serem cumpridas, especialmente no segundo semestre, mas ressaltou que a administração busca encontrar alternativas para a questão. O Conselheiro Leandro Loss relatou que, na última quinta-feira, esteve em uma reunião do Grupo de Trabalho sobre o processo CSDP nº 135/11, que trata das alterações das atribuições, e relatou que os integrantes têm dispendido um grande esforço, citando a definição de atribuições específicas, visando oferecer segurança jurídica, além do reforço à garantia da inamovibilidade. Comentou que, a partir do segundo semestre deste ano, o grupo se organiza para realizar visitas às unidades, visando ter um contato direto com o trabalho e compreender as necessidades e demandas de cada unidade. A Conselheira Fabiana Zapata relatou que a 2ª e a 3ª Subdefensorias haviam recebido alguns pedidos de Defensores e Servidores para utilização do Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional, para acesso a certidões de relacionamentos com instituições financeiras, e pontuou que o sistema estava sendo amplamente utilizado no atendimento inicial da Capital. Nesse sentido, informou que inicialmente havia um problema no cadastramento de novas pessoas no sistema, mas que o caso havia sido solucionado junto ao Banco Central (Bacen), e complementou que os encaminhamentos de solicitações para acesso foram encaminhados na última quarta-feira. Após, a Presidente encaminhou as propostas de exceção e inversão da ordem do dia, sendo aprovada da seguinte forma: **CSDP nº 467/17 (Excetuação a pauta)**. Interessados: João Finkler Filho, Thiago de Luna Cury e Renata Manzoni Bernardi. Assunto: Remoção por permuta (04ª DP, 05ª DP e 08ª DP da Unidade Praia Grande). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O relator apresentou uma questão preliminar para discussão, informando que havia recebido os autos naquela manhã, e diante dos precedentes existentes, entendia que há um prévio consenso de que se houvesse a manifestação dos interessados da Regional, haveria deliberação dos autos, sem a necessidade de publicação de edital, como determinante na normativa existente. A Presidente encaminhou para discussão. O Conselheiro Pedro Avellar mencionou que, nos termos dos precedentes existentes, o caso merece a atenção do colegiado, visando criar-se um enunciado, e sugeriu que o conteúdo deveria ser editado pelo Conselheiro Luiz Eduardo, a fim de contemplar a futuros questionamentos. A Presidente considerou que a sessão era pública, contemplando administrativamente a normativa vigente. Após as discussões, o relator votou oralmente pelo deferimento da permuta, e comprometeu-se a trazer na próxima sessão o conteúdo do enunciado a ser deliberado. A Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, diante da manifestação da totalidade dos Defensores Públicos da Unidade, deferir a permuta entre os Defensores/as Públicos/as: João Finkler Filho, Thiago de Luna Cury e Renata Manzoni Bernardi. Impedido o Conselheiro Leandro de Col Loss. **CSDP nº 470/17 (Excetuação a pauta)**. Interessados/as: Fernanda Cuckier dos Santos e Vivian Maria Lopes. Assunto: Remoção por permuta (51ª DP e 10ª DP da Unidade Varas Singulares). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. A relatora leu o relatório e proferiu o voto no sentido de abrir prazo de inscrições, justificando que os interessados pediam urgência na apreciação do requerimento. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto da relatora. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, abrir prazo para manifestações, nos termos do comunicado a seguir publicado. **COMUNICADO**: Nos termos da Deliberação CSDP nº 189, de 20 de agosto de 2010, nos autos do Processo CSDP nº 470/17, e consoante dispõe o artigo 123, parágrafo único da Lei 80/94, torno público o pedido de permuta formulado pelas Defensoras Públicas: Fernanda Cuckier dos Santos, classificada na 51ª Defensoria Pública da Unidade Varas Singulares e Vivian Maria Lopes, classificada na 10ª Defensoria Pública da Unidade Varas Singulares, visando possibilitar que outros Defensores/as classificados/as nas mesmas

Unidades manifestem eventual interesse na permuta. Os interessados deverão apresentar requerimento dirigido ao Conselho Superior da Defensoria Pública até as 17h do dia 12 de maio de 2017, através do endereço conselho@defensoria.sp.def.br. A inscrição somente será considerada válida a partir da confirmação do recebimento da mensagem eletrônica pela Secretaria do Conselho Superior. CSDP nº 459/17. Interessado/a: Felipe Hotz de Macedo Cunha. Assunto: Pedido de afastamento para participação como palestrante no evento "Atuação do Ministério Público em favor das pessoas com deficiência", a ser realizado no dia 02 de maio de 2017. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento, retroativamente. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir retroativamente o afastamento do interessado, no dia 02 de maio de 2017. CSDP nº 460/17. Interessado/a: Carolina Gomes Duarte. Assunto: Pedido de afastamento para participação no evento "III Congresso Brasileiro de Política, Planejamento e Gestão em Saúde, da Associação Brasileira de Saúde Coletiva", no período de 02 a 04 de maio de 2017. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. A relatora leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento da interessada retroativamente. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto da relatora. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, deferir retroativamente o afastamento da interessada, no período de 02 a 04 de maio de 2017. CSDP nº 461/17. Interessado/a: Hamilton Neto Funchal. Assunto: Pedido de afastamento para participação no evento "Encontro Regional de Pesquisa Empírica em Direito", no período de 27 a 28 de abril de 2017. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. A relatora leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento da interessada retroativamente. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto da relatora. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, deferir retroativamente o afastamento do interessado, no dia 27 de abril de 2017. CSDP nº 462/17. Interessado/a: Marisa Sandra Luccas. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso "Instrutores da Oficina de Parentalidade da Comarca de Assis", a ser realizado no período de 27 a 28 de abril de 2017. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento da interessada retroativamente. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir retroativamente o afastamento da interessada, no período de 27 a 28 de abril de 2017. CSDP nº 465/17. Interessado/a: Edepe. Assunto: Pedido de afastamento para participação no evento "Jornada de estudos a criminologia realista: a transformação do sistema de justiça criminal", a ser realizada no período de 08 a 12 de maio de 2017. Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento dos interessados, conforme pedido da Edepe. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento dos seguintes Defensores/as Públicos/as: Alessandro Valério Follador, Daniel Palotti Secco, Renata Simões Stabile Bucceroni, Samuel Friedman, Livia Correia Tinoco, Helena de Lacerda Rodrigues Lage, Alandeson de Jesus Vidal e Rodrigo Tadeu Bedoni, Iuscia Dutra Barboza, no período de 08 a 12 de maio de 2017. CSDP nº 466/17. Interessado/a: Edepe. Assunto: Pedido de afastamento para participação no evento "1º ano do novo CPC", a ser realizado nos dias 11 e 12 de maio de 2017. Relator/a: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O relator leu o relatório e proferiu o voto oral no sentido de deferir o afastamento dos interessados, conforme pedido da Edepe. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento dos seguintes Defensores/as Públicos/as: Felipe Balduino Romariz, Dione Ribeiro Basilio, Viviane Remondes Caruso, Fernanda Tatari Frazão de Vasconcelos Bressane, Débora Cristina Pezzuto, Priscila Aparecida Lamana Diniz, Lia Ruiz Lourenço, Danilo Mendes Silva de Oliveira, Wlamyr Gusmão Junior, Elthon Siecola Kersul, Julio Camargo de Azevedo e Bruno

Cesar da Silva, no período de 11 a 12 de maio de 2017. CSDP nº 011/17. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de abertura de Concurso Estadual de Estagiário de Direito para o exercício de 2017. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir as listas encaminhadas pelo Departamento de Recursos Humanos. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar o resultado final do certame, relativo ao mês de abril de 2017, e homologar o resultado do concurso emergencial, relativo ao mês de março de 2017 da Unidade Guarujá, e relativo ao mês de abril da Regional Sul e da Unidade Marília. CSDP nº 017/17. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2016 a janeiro de 2017). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o relatório do Núcleo Especializado. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório semestral do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. CSDP nº 374/17. Interessado/a: Coordenador do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para membros e/ou colaboradores dos Núcleos Especializados. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de, após o prazo de inscrições complementares, indicar a Defensora Bruna Simões como membro e suplente o Defensor Felipe Balduino, únicos inscritos no período. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, indicar a Defensora Pública Bruna Simões França para integrar o Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores, e como suplente o Defensor Público Felipe Balduino Romariz. CGDP CAEP nº 112/14. Interessado/a: Rita de Cassia Gandolpho. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o último relatório semestral do interessado. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o 5º relatório semestral, e encaminhar à Defensoria Pública-Geral para expedição do ato homologatório de confirmação do interessado na carreira de Defensor Público do Estado. CGDP CAEP nº 009/14. Interessado/a: Adriana Vinhas Bueno. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o último relatório semestral do interessado. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o 5º relatório semestral, e encaminhar à Defensoria Pública-Geral para expedição do ato homologatório de confirmação do interessado na carreira de Defensor Público do Estado. CGDP CAEP nº 063/14. Interessado/a: Laura Sarti Cortes. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o último relatório semestral do interessado. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o 5º relatório semestral, e encaminhar à Defensoria Pública-Geral para expedição do ato homologatório de confirmação do interessado na carreira de Defensor Público do Estado. CGDP CAEP nº 091/14. Interessado/a: Raul Carvalho Nin Ferreira. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o último relatório semestral do interessado. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o 5º relatório semestral, e encaminhar à Defensoria Pública-Geral para expedição do ato homologatório de confirmação do interessado na carreira de Defensor Público do Estado. CGDP CAEP nº 081/14. Interessado/a: Paula

Manzella Romano. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o último relatório semestral do interessado. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o 5º relatório semestral, e encaminhar à Defensoria Pública-Geral para expedição do ato homologatório de confirmação do interessado na carreira de Defensor Público do Estado. CGDP CAEP nº 028/14. Interessado/a: Carlos Roberto Isa. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o último relatório semestral do interessado. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o 5º relatório semestral, e encaminhar à Defensoria Pública-Geral para expedição do ato homologatório de confirmação do interessado na carreira de Defensor Público do Estado. CGDP CAEP nº 069/14. Interessado/a: Liane Silveira Moreira. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o último relatório semestral do interessado. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o 5º relatório semestral, e encaminhar à Defensoria Pública-Geral para expedição do ato homologatório de confirmação do interessado na carreira de Defensor Público do Estado. CGDP CAEP nº 077/14. Interessado/a: Mariana Teixeira Zequini. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o último relatório semestral do interessado. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o 5º relatório semestral, e encaminhar à Defensoria Pública-Geral para expedição do ato homologatório de confirmação do interessado na carreira de Defensor Público do Estado. CGDP CAEP nº 079/14. Interessado/a: Natalia Nissia Nogueira Seco. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o último relatório semestral do interessado. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o 5º relatório semestral, e encaminhar à Defensoria Pública-Geral para expedição do ato homologatório de confirmação do interessado na carreira de Defensor Público do Estado. CGDP CAEP nº 093/14. Interessado/a: Renata Moura Gonçalves. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o último relatório semestral do interessado. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o 5º relatório semestral, e encaminhar à Defensoria Pública-Geral para expedição do ato homologatório de confirmação do interessado na carreira de Defensor Público do Estado. CGDP CAEP nº 099/14. Interessado/a: Tadeu Jose Migoto Filho. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o último relatório semestral do interessado. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o 5º relatório semestral, e encaminhar à Defensoria Pública-Geral para expedição do ato homologatório de confirmação do interessado na carreira de Defensor Público do Estado. CGDP CAEP nº 102/14. Interessado/a: Victor Luiz Oliveira da Paz. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o último relatório semestral do interessado. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o 5º relatório

semestral, e encaminhar à Defensoria Pública-Geral para expedição do ato homologatório de confirmação do interessado na carreira de Defensor Público do Estado. CGDP CAEP nº 106/14. Interessado/a: Wlamyr Gusmao Junior. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o último relatório semestral do interessado. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o 5º relatório semestral, e encaminhar à Defensoria Pública-Geral para expedição do ato homologatório de confirmação do interessado na carreira de Defensor Público do Estado. CGDP CAEP nº 111/14. Interessado/a: Felipe de Castro Busnello. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O relator pediu prorrogação do processo, nos termos regimentais. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 115/14. Interessado/a: Joao Felipe Belem de Gouvea Reis. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O relator pediu prorrogação do prazo, nos termos regimentais. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 107/14. Interessado/a: Yasmin Oliveira Mercadante Pestana. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Pedro Antônio de Avellar. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o último relatório semestral do interessado. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o 5º relatório semestral, e encaminhar à Defensoria Pública-Geral para expedição do ato homologatório de confirmação do interessado na carreira de Defensor Público do Estado. CGDP CAEP nº 021/14. Interessado/a: Arianne Kwon Ieri. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselheiro Florisvaldo Antônio, relator ad hoc em razão das férias do Conselheiro Octavio Ginez, leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o último relatório semestral do interessado. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto *ad hoc* do Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior, aprovar o 5º relatório semestral, e encaminhar à Defensoria Pública-Geral para expedição do ato homologatório de confirmação do interessado na carreira de Defensor Público do Estado. CGDP CAEP nº 013/14. Interessado/a: Aline Munhoz Seixas. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o último relatório semestral do interessado. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o 5º relatório semestral, e encaminhar à Defensoria Pública-Geral para expedição do ato homologatório de confirmação do interessado na carreira de Defensor Público do Estado. CGDP CAEP nº 076/14. Interessado/a: Mariana Ferreira Cavalcante. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o último relatório semestral do interessado. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o 5º relatório semestral, e encaminhar à Defensoria Pública-Geral para expedição do ato homologatório de confirmação do interessado na carreira de Defensor Público do Estado. CSDP nº 454/17. Interessado/a: Felix Roberto Damas Junior. Assunto: Proposta de alteração das deliberações CSDP nº 013/06 (que regulamenta a concessão de diárias, dispõe sobre o reembolso de transportes e dá outras providências) e CSDP nº 281/13 (que dispõe sobre o processamento de Manifestações na Ouvidoria-Geral e fixa a política institucional de Subouvidorias). Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. O relator pontuou a urgência na

apreciação do pedido, pois decorre do fato de que a deliberação, cuja a proposta prevê que o mandato dos servidores acompanhasse o do Conselho Consultivo, que se encerrará no corrente mês. Contudo, mostrou que diante do avançado horário e especialmente em razão da ausência nesta sessão do ilustre Ouvidor Geral, o voto deste relator será apresentado na próxima sessão, ocasião em que o processo retornará a pauta. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, acolher a sugestão do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. Consigna-se que a sessão foi encerrada às 12h41min, sendo prorrogado os demais processos na ordem do dia, os quais sejam: CSDP nº 1129/09. Interessado/a: Corregedor-Geral. Assunto: Proposta de rotina à carreira, nos termos do artigo 31, inciso XX, da Lei Complementar Estadual nº 988/06. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 1172/09. Interessado/a: Segundo Subdefensor Público-Geral. Assunto: Proposta de Edição de Código de Ética. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 135/11. Interessado/a: Segunda e Terceira Subdefensoria Públicas Gerais. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 280/11. Interessado/a: Coordenadora da Regional de São Carlos. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 132/09, que regulamenta a criação das regionais do interior, capital e região metropolitana. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 355/13. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de deliberação, que cria a função de Coordenador/a de Habitação, Urbanismo e questões agrárias, fixando suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 113/14. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de deliberação que determine a observação, nos documentos, atos normativos e solenidades no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo à flexão de gênero. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 185/14. Interessado/a: Corregedoria-Geral. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentação da nova sistemática de arquivamento das sindicâncias realizadas pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 221/14. Interessado/a: Lucas Pampana Basoli, Bruno Bortolucci Baghim e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a aplicação do artigo 37, inciso XI da Constituição Federal no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 231/14. Interessado/a: Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 102/08. (que regulamenta a realização de atividades docentes e discentes por Defensor Público durante a jornada de trabalho). Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 233/14. Interessado/a: Defensores Públicos da Regional de São José dos Campos. Assunto: Proposta de edição de deliberação normativa visando regulamentar a atuação institucional na seara criminal. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 275/14. Interessado/a: Alexandre Orsi Netto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho e Horácio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação da organização da prática social no âmbito interno da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na

próxima sessão. CSDP nº 295/14. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de criação da função de Coordenador Regional da Infância e Juventude e a fixação de suas atribuições administrativas. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 313/14. Interessado/a: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação para instituir o sistema de registro e gestão dos procedimentos administrativos de tutela coletiva. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 327/14. Interessado/a: APADEP. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12 (que trata da possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 331/14. Interessado/a: Centro de Atendimento Multidisciplinar da Unidade Vila Mimosa e a Associação de Promotoras Legais Populares Cida da Terra. Assunto: Proposta de deliberação que visa à transmissão por sistema de videoconferência para todas as Unidades da Defensoria Pública no momento aberto das sessões do Conselho Superior. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 336/14. Interessado/a: APADEP. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a concessão de ajuda de custo para moradia aos membros da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 346/14. Interessado/a: Bruno Haddad Galvão. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 165/10 (que disciplina a concessão do auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 086/15. Interessado/a: Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 089/08 (que regulamenta as hipóteses de denegação de atendimento pela Defensoria Pública, concernentes a interesses individuais). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 173/15. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Apresentação do resultado dos trabalhos desenvolvido pela Comissão responsável pela proposição de alterações legislativas decorrentes da promulgação da Emenda Constitucional nº 80/14. Relator: Conselheiro Florivaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 214/15. Interessado/a: Horácio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/08 (que regulamenta o estágio de Direito na Defensoria Pública, relativo à duração do estágio). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 496/15. Interessado/a: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (janeiro a junho de 2014). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 518/15. Interessado/a: Carolina Dalla Valle Bedicks. Assunto: Pedido de afastamento para participação em Curso de mestrado no exterior, no período de agosto de 2015 a junho de 2016. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 521/15. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (que institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 524/15. Interessado/a: Comissão de monitoramento da atividade de atendimento às pessoas presas provisoriamente. Assunto: Relatório semestral de atividades da Comissão (agosto de 2014 a abril de 2015). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior

DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 563/15. Interessado/a: Apadep. Assunto: Pedido de liminar de suspensão de efeitos contra a recomendação da Corregedoria Geral nº 29, de 14 de julho de 2015. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 603/15. Interessado/a: Terceira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Superior). Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 625/15. Interessado/a: Coordenação da Comissão de Estudos Interdisciplinares. Assunto: Resultado dos trabalhos desenvolvidos pela comissão, nos termos do artigo 10 da Deliberação CSDP nº 187/10 (que disciplina a estrutura e funcionamento dos Centros de Atendimento Multidisciplinar). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 004/16. Interessado/a: Pedro Antônio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 157/10 (que disciplina o processo de elaboração da lista tríplice de candidatos ao cargo de Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 108/16. Interessado/a: Luiz Felipe Azevedo Fagundes. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12 (que disciplina a possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 242/16. Interessado/a: Carolina Gomes Duarte. Assunto: Pedido de afastamento para cursar disciplinas de mestrado, no período de março a junho de 2016. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 245/16. Interessado/a: Felix Roberto Damas Junior, Lucas Pampana Basoli e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 10/06 (que estabelece regras para a realização do concurso de ingresso na Carreira de Defensor Público). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 257/16. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de deliberação, visando regulamentar a atividade de educação em direitos na Defensoria Pública do Estado. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 258/16. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de substitutivo de projeto de lei, que fixa o subsídio mensal dos Defensores Públicos, altera a Lei Complementar nº 1.050/08, fixa data-base para fins de revisão dos vencimentos e proventos do seu quadro de servidores, possibilita a instituição de funções de confiança e dá outras providências. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 261/16. Interessado/a: Pedro Antônio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (que trata do regimento interno do Conselho Superior). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 263/16. Interessado/a: Luis Guilherme Pereira Delledono e Maria Cecilia Remoli de Souza Lopes. Assunto: Remoção por permuta (07ª DP e 13ª DP da Unidade Bauru). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 401/16. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Apresentação de relatório final desenvolvido pelo Grupo de Trabalho sobre a Regional Infância e Juventude. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 404/16. Interessado/a: Corregedora-Geral e Coordenador Auxiliar da Coordenadoria Geral de Administração. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/06 (que regulamenta o estágio de Direito na Defensoria Pública do Estado e dá outras providências).

Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 415/16. Interessado/a: Coordenador Auxiliar da Unidade São Miguel Paulista. Assunto: Recurso administrativo em conflito negativo de atribuições em face do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 420/16. Interessado/a: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para Coordenadores, membros e/ou colaboradores dos Núcleos Especializados. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 423/16. Interessado/a: Daniely Maria Vaiano Glens. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso de mestrado no exterior, no período de 30 de agosto de 2016 a 03 de março de 2017. Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 433/16. Interessado/a: Fabricio Pereira Quintanilha. Assunto: Pedido de providências com relação ao serviço de automação da justiça (SAJ), na modalidade plataforma virtual E-SAJ. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 443/16. Interessado/a: Coordenador Auxiliar da Unidade São Miguel Paulista. Assunto: Recurso administrativo em conflito de atribuições suscitado pela Unidade Plantão Cível, Regional Central da Capital. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 445/16. Interessado/a: Marcos Antonio Barbieri Gonçalves. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso de doutorado "Psicologia como profissão e ciência", no período de 04 anos. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 460/16. Interessado/a: Juliana Saad e Marcia Regina Garutti. Assunto: Remoção por permuta (57ª DP da Unidade Varas Singulares e 03ª DP da Unidade Varas Singulares). Relator: Conselheiro Pedro Antônio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 463/16. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de deliberação, que regulamenta a visita dos Defensores Públicos que atuam na área da Infância e Juventude às unidades da Fundação Casa. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 468/16. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Relatório final das atividades da função de Coordenadora do Núcleo Especializado. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 475/16. Interessado/a: Dario Augusto Arantes. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação de trabalho em casa - projeto home office. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 481/16. Interessado/a: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2016). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 501/16. Interessado/a: Renato Campos Pinto De Vitto. Assunto: Pedido de afastamento para exercer o cargo de Chefe de Gabinete da Presidência no Conselho Nacional de Justiça. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 503/16. Interessado/a: Alessandro Izzo Coria e Eduardo Belmudes. Assunto: Proposta de deliberação, que define normas gerais de criação, transferência, extinção e remoção de órgão de atuação, bem como de Defensorias Regionais. Relator: Conselheiro Pedro Antônio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 529/16. Interessado/a: Presidente da Comissão de Prerrogativas. Assunto: Relatório semestral de

atividades da Comissão de Prerrogativas (abril a setembro de 2016). Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 538/16. Interessado/a: Julia Almeida Baranski. Assunto: Pedido de revogação de ato normativo do presidente da banca examinadora do VII Concurso de ingresso na carreira de Defensor Público. Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 007/17. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública- Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação 163/10 (que dispõe sobre compensação pela atuação dos Servidores da Defensoria Pública em atividades profissionais aos sábados, domingos e feriados). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 012/17. Interessado/a: Mario Henrique Ditticio. Assunto: Pedido de afastamento para exercer o cargo de Assessor de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 014/17. Interessado/a: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Concurso de promoção do nível I para o nível II, relativo ao ano de 2017. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. Revisor: Conselheiro Julio Cesar Tanone. (CSDP nº). Interessado. (015/17). William Roberto Casimiro Braga. (021/17). Paulo Sergio Guardia Filho. (043/17). Alberto Zorigian Gonçalves de Souza. (044/17). Leandro de Col Loss. (048/17). Celso Leo Yamashita. (049/17). Diogo de Almeida Lopes. (051/17). Carlos Hideki Nakagomi. (053/17). Clint Rodrigues Correia. (057/17). Roberta Alves Pachota Chaves da Silva. (063/17). Rafaela Gasperazzo Barbosa. (064/17). Felipe de Castro Busnello. (067/17). Claudia Manning. (073/17). Marcel Benetti Boer. (075/17). Edgar Pierini Neto. (076/17). Alline Delbem. (082/17). Otavio Augustus Cordeiro. (085/17). Adriano Pinheiro Machado Buosi. (086/17). Samuel Friedman. (087/17). Daniel Palotti Secco. (088/17). Clodoaldo Saguini Junior. (091/17). Bruno Amabile Bracco. (104/17). Yasmin Oliveira Mercadante Pestana. (106/17). Rafael de Paula Eduardo Faber. (112/17). Marcos Vinicius Manso Lopes Gomes. (115/17). Hellen Ceristina do Lago Ramos. (121/17). Julio Camargo de Azevedo. (127/17). Gustavo Goldzveig. (128/17). Danielle Rinaldi Barbosa. (129/17). Rafael Barcelos Tristão. (130/17). Manuela Beatriz Gomes Battaglia. (131/17). Monica de Toledo Thomazella. (132/17). Danilo Tadeu Szigmond Franco. (133/17). Vanessa Pizarro Riguete Correa Porto. (135/17). Julio Cesar Valse. (136/17). Aline Toyama Shiraki. (138/17). Fernanda Fernandes Gomes Rozo. (139/17). Davi Quintanilha Failde de Azevedo. (155/17). Julia Aparecida Romão da Silva. (156/17). Natasha Teixeira Gonçalves de Souza. (157/17). Paulo Ricardo de Divitiis Filho. (158/17). João Ricardo Meira Amaral. (159/17). Danielly Salviano Pereira Silva. (160/17). Thiago Pedro Pagliuca dos Santos. (161/17). Maria Angelica Abud Chinaglia Bempensante. (188/17). Rafael Pitanga Guedes. (189/17). Mariana Tonolli Chivone Delchiaro. (195/17). Isabela Halley Hatty. (211/17). Fernanda Costa Teixeira. (216/17). Angelo de Camargo Dalben. (218/17). Vinicius Camargo Henne. (226/17). Soraia Anka. (228/17). Marília da Silva Macedo. (229/17). Andre Luiz da Silva Araujo. (230/17). Elthon Siecola Kersul. (231/17). Gustavo Cabral Narciso Gianette. (234/17). Renata Okano Gimenes Sella. (235/17). Mariana Carvalho Nogueira. (237/17). Luiz Carlos Favero Junior. (240/17). Ricardo Augusto Paganucci Lodi. (241/17). Ana Carolina Minutti. (244/17). Mariana de Gouvea Guarda. (246/17). Priscila Aparecida Lamana Diniz. (251/17). Tatiana Campos Bias-Fortes. (258/17). Allan Ramalho Ferreira. (262/17). Fernanda Capitanio Macagnani Soldi. (276/17). Leandro Silvestre Rodrigues e Silva. (277/17). Rafael Negreiros Dantas de Lima. (295/17). Paula Manzella Romano. (300/17). Stefanie Kornreich. (307/17). Ricardo de Sant'Anna Valenti. (308/17). Mario Augusto Carvalho de Figueiredo. (316/17). Valeria Correa Silva Ferreira. (323/17). Michelle Boaventura Cordeiro. (330/17). Urbano Finger Neto. (332/17). Joemar Rodrigo Freitas. (334/17). Priscila Domiciano da Silva. (335/17). Leticia Marquez de Avelar. (383/17). Marco Christiano Chibebe Waller. (388/17). Amanda Pimentel Chinellato. (390/17). Juliano Pappalardo Gianni. (392/17). Paula Sant'Anna Machado de Souza. (398/17). Laura Joaquim Taveira. (400/17). Nayara Rocha Rincon. (401/17). Claudia Abramo Ariano. (408/17). Eduardo Terracao. (411/17). Daniel Bidoia Donade. (413/17). Laura Naves Filisbino. (414/17). Eduardo Queiroz Carboni Nogueira. (415/17). Isadora Brandão Araujo da Silva. (417/17).

Danielle Gaiotto Junqueira. (420/17). Rafael Cardoso Freitas. (425/17). Filipe Silva Santos Murinelli. (427/17). Mariana Leite Figueiredo. (428/17). Vitor Jose Tozzi Cavina. (429/17). Hamilton Neto Funchal. (430/17). Joyce Santos de Oliveira. (432/17). Gustavo Picchi. (433/17). Ana Carolina Cintra Franco. (434/17). Lorena Pereira Santin. (437/17). Carlos Roberto Isa. (441/17). Jordana de Matos Nunes Rolim. (446/17). Ruanie Camile Lopes. (447/17). Renata Scandiuzzi da Silveira. (449/17). Wesley Sanches Pinho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, no que tange aos processos acima listados, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 020/17. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2016 a janeiro de 2017). Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 387/17. Interessado/a: Apadep. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 259/12 (que disciplina a concessão do auxílio alimentação aos membros da Defensoria Pública do Estado). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 389/17. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para membros e/ou colaboradores dos Núcleos Especializados. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 419/17. Interessado/a: Adriana Mayer dos Santos. Assunto: Remoção por união de cônjuges (De: Unidade Itaquaquecetuba / Para: Unidade Mogi das Cruzes). Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 451/17. Interessado/a: Regional Infância e Juventude. Assunto: Proposta de deliberação para criação de cargos em razão da instalação de duas novas varas de conhecimento no Fórum Especial da Infância e Juventude da Capital. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 453/17. Interessado/a: Pedro Antônio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da deliberação CSDP nº 01/06 (que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. CSDP nº 456/17. Interessado/a: Ariane Goim Rios. Assunto: Pedido de afastamento para exercer o cargo de Diretora da Proteção Especial na Prefeitura do Município de Jundiaí. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação na próxima sessão. A Presidente deu por encerrada a sessão às 12h41min. Eu, Sarah Rocha Tininis, Secretária do Conselho Superior, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos cinco dias de maio do ano de 2017.


Juliana Garcia Belloque
Presidente


Ana Paula Kayamori de Oliveira
Corregedoria-Geral


Fabiana Botelho Zapata
2ª Subdefensoria Pública-Geral


Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior
3º Subdefensoria Pública-Geral


Alexandre Orsi Netto
Conselheiro

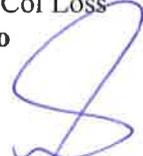

Horacio Xavier Franco Neto
Conselheiro



Leandro de Col Loss
Conselheiro



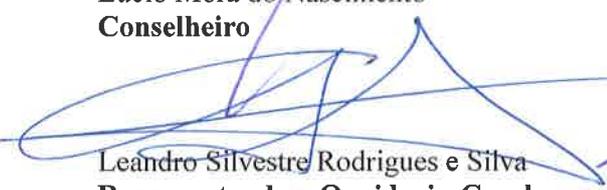
Julio Cesar Tanone
Conselheiro



Lucio Mora do Nascimento
Conselheiro



Luiz Eduardo de Toledo Coelho
Conselheiro



Leandro Silvestre Rodrigues e Silva
Representando a Ouvidoria-Geral



Pedro Antônio de Avellar
Conselheiro



Leonardo Scofano Damasceno Peixoto
Representante da Apadep